

REVISTA MARACANAN

Apresentação

Trabalhadores livres e escravizados no Mundo atlântico

Free and enslaved workers in the Atlantic World

Renata Figueiredo Moraes*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Paulo Cruz Terra**

Universidade Federal Fluminense, Brasil

O presente número da *Revista Maracanan* traz, primeiramente, o dossiê "Trabalhadores livres e escravizados no Mundo Atlântico". Os estudos sobre os mundos do trabalho, produzidos no Brasil, têm passado por significativas transformações nos últimos anos.¹ Uma das mais significativas diz respeito às investigações incluírem, a partir principalmente dos anos 2000, os escravizados como parte fundamental da história do trabalho brasileira. Nesse sentido, as pesquisas ressaltaram a importância de questionar a formação da classe trabalhadora no nosso país como sendo composta unicamente por operários livres, homens, brancos, em sua maioria de origem europeia e apontam à necessidade de também serem analisadas as relações entre trabalhadores livres e escravizados, bem como as formas de organização e manifestação destes. Busca-se, assim, o diálogo necessário entre os

* Professora Adjunta de História do Brasil, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Mestre e graduada em História pela Universidade Federal Fluminense. (renatafm2003@yahoo.com.br)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7422043520205798>

** Professor Adjunto de História do Brasil, do Instituto de História, da Universidade Federal Fluminense. Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas. (pauloterra@gmail.com)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3005228142189797>

¹ Para um panorama de quais foram essas mudanças, ver: BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23-24, 2006.

historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário.²

Aliada a essa transformação na historiografia nacional, ressalta-se também uma mudança no cenário internacional, com a introdução da perspectiva da história global do trabalho. Essa propõe um conceito mais amplo de trabalhador, e expõe que o trabalho livre assalariado era apenas uma das formas de trabalho, que incluía ainda a escravidão. Outro ponto fundamental é apontar que os trabalhadores assalariados eram bem menos livres do que se supõe, e que as barreiras entre servidão e liberdade eram muito fluidas. A história global do trabalho busca ainda investigar a interação e conexão entre diferentes localidades.³

A ampliação do conceito de trabalhador possibilitou incluir aqueles e aquelas que labutavam fora das fábricas e haviam sido invisibilizados até então. Nesse sentido, o primeiro artigo deste dossiê trata das trabalhadoras ligadas ao serviço doméstico carioca na virada do século XIX para o XX, que, apesar da sua intensa participação no mercado de trabalho da cidade, não receberam atenção dos estudiosos até muito pouco tempo. O texto de **Natália Peçanha** apresenta uma multiplicidade de agentes – tais como libertos, livres, nacionais e imigrantes –, e aponta como as experiências deles se entrelaçavam no serviço doméstico em um momento histórico em que as noções de liberdade e de trabalho livre e assalariado ainda se conformavam.

Os debates em torno das relações entre trabalho livre e escravo também estiveram no cerne do surgimento da Escola Agrícola da Bahia, inaugurada em 1877, em São Bento das Lages, no interior da Bahia. **Idalina Freitas**, em seu artigo, promove um diálogo entre os estudos da escravidão, do pós-abolição e dos mundos do trabalho ao tratar do espaço da escola como o resultado de um projeto de instrução pública para o pós-abolição. A construção da escola e do seu projeto político envolveu a mão de obra livre e escravizada e a preocupação com a instrução pública voltada para o trabalho, principalmente no seu aprimoramento agrícola, visando a formação de um operariado agrícola modernizado e mais competente, contrapondo-se ao que seria a agricultura praticada por escravos e ex-escravos, entendida naquele momento como exercida de forma menos “profissional”.

Os dois últimos artigos têm a escravidão como ponto de partida para pensar os mundos do trabalho na sociedade do século XIX em dois locais: Alagoas e Rio de Janeiro. No texto de **Fábio Castilho**, a condenação à morte de um escravo é o ponto de partida para relacionar a representatividade da escravidão n’*O jornal do Pilar*, de Alagoas, em um contexto de avanço

² A presença de análises sobre as relações entre trabalhadores livres e escravizados na historiografia do trabalho no Brasil recente foi debatida pelos seguintes textos: TERRA, Paulo Cruz; POPINIGIS, Fabiane. Classe e raça na história do trabalho no Brasil (2001-2017). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, 2019; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, 2016.

³ A principal obra a apresentar a proposta da história global do trabalho é: LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma História Global do Trabalho*. Campinas, Ed. Unicamp, 2013. No que diz respeito a alguns desdobramentos dessa perspectiva, ver: DE VITO, Christian. New perspectives on global labour history. Introduction. *Workers of the World*, v. 1, n. 3, 2013.

das ações abolicionistas, mas ainda marcado por violências e por leis que reforçavam o castigo físico e a pena de morte para os crimes cometidos por escravos. A condenação à morte ou penas mais violentas contra os escravizados que cometessem crimes ou revoltas foi resultado de ações escravas da década de 1830 e que marcaram a sociedade escravista. Na década de 1870, período estudado por Castilho, a unanimidade por esse tipo de execução já não existia e por isso o debate ocorreu no principal jornal da cidade, e analisado pelo autor, possibilitando uma visão sobre as relações escravistas de uma província distante da Corte. Castilho finaliza com a análise do Censo de 1872, e apresenta que os dados para a região possibilitam verificar que os escravos majoritariamente trabalhavam na agricultura e no serviço doméstico, tendo alguns poucos cativos realizado algum trabalho manual mais especializado.

Já o artigo de **Iamara Viana & Flavio Gomes** traz a representatividade do corpo africano diante do mercado de mão de obra escravizada no Rio de Janeiro na primeira metade do XIX. Entre tensões e expectativas sobre o uso dessa mão de obra para o trabalho escravo, os autores usam processos cíveis e outras descrições, principalmente nos jornais, para mostrar a complexidade do corpo africano e seu uso para o trabalho escravizado. Através da análise de uma rica documentação do Arquivo Nacional, referente aos africanos remetidos a casa de correção, eles conseguiram elencar características comuns a esses corpos que somados aos discursos médicos foi possível perceber a construção de uma retórica e outras normas para o uso desses homens e mulheres para o trabalho escravizado. Importante ressaltar que a descrição do corpo africano fez parte do processo de venda e anúncios de homens e mulheres para o trabalho escravo desde o XVIII e se intensifica no Brasil, principalmente nos anúncios de venda e de fugas de algum escravizado africano.

Finalizamos o dossiê com uma entrevista com **Fabiane Popinigis**, professora da UFRRJ e coordenadora do Grupo de Trabalho - Mundos do Trabalho (GT-MT). Nesta entrevista, debatemos principalmente a trajetória recente da historiografia dedicada aos mundos do trabalho no Brasil, cujo tema do presente dossiê, as relações entre trabalhadores livres e escravos, tem ganhado cada vez mais destaque.

Esse número da *Revista* também conta com três contribuições na seção de artigos livres. O primeiro, de **Daniel Venâncio & Euclides Freitas**, diz respeito à fundação do *Oliveira Sport Club*, do Oeste de Minas em 1916, e a relação entre a elite e os eventos festivos ocorridos no clube. O texto seguinte, de **Sandro Gomes**, trata das eleições para deputado federal entre os anos de 1915 e 1918 no Estado do Paraná no que se refere às campanhas e ao desempenho eleitoral dos candidatos ao cargo. O terceiro texto, por **Francisco Monteiro & Amanda Leal**, constitui-se enquanto uma exposição de metodologia da pesquisa e de organização de acervos, a partir do trabalho realizado com os manuscritos eclesiásticos guardados na Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, Diocese de Oiras, no Piauí. O último texto da seção, de autoria de **Nívia Pombo**, é uma interessante análise sobre as nomeações portuguesas para os cargos administrativos nas conquistas portuguesas entre 1796 e 1803, o perfil dos que ocuparam esses postos e o impacto da valorização dos saberes universitários na escolha para o exercício do cargo. Finaliza o presente número a nota de pesquisa de **José**

Lúcio Nascimento Júnior, referente ao Congresso Internacional de História da América realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1922.